

Diário Oficial

Prefeitura Municipal De Roteiro/AL

LEI DELEGADA Nº 434, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

Institui a Política Municipal de Gestão Democrática da Educação, estabelece o Sistema Municipal de Governança Escolar (SMGE), regulamenta o Processo de Seleção Pública de Mérito e Desempenho para provimento das Funções de Diretor e Vice-Diretor das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Roteiro/AL, cria a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo – COEPS, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROTEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 55 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da delegação de competência concedida pela Resolução nº 01/2025 da Câmara Municipal, promulga a seguinte **LEI DELEGADA**:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Objeto

Esta Lei Delegada institui a Política Municipal de Gestão Democrática da Educação, regulamenta o provimento das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares, estabelece o Sistema Municipal de Governança Escolar – SMGE e disciplina o Processo Seletivo Público de Mérito e Desempenho destinado à designação dos gestores escolares da Rede Municipal de Ensino de Roteiro/AL.

Art. 2º – Eixos estruturantes

A Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino de Roteiro/AL, tem a finalidade de garantir a autonomia das escolas da rede municipal de ensino quanto à gestão financeira, administrativa e pedagógica, observando os seguintes princípios:

- I – participação efetiva da comunidade escolar;
- II – corresponsabilidade e controle social;
- III – liderança educacional qualificada e orientada a resultados;
- IV – gestão baseada em evidências e integridade institucional;
- V – transparência, publicidade e responsabilidade na prestação de contas;
- VI – equidade e redução das desigualdades;
- VII – conformidade com as condicionalidades da Lei Federal nº 14.113/2020 (FUNDEB), em especial aquelas relacionadas ao VAAR.

TÍTULO II

DA COMUNIDADE ESCOLAR E DOS COLEGIADOS

Art. 3º – Conceito de comunidade escolar

A comunidade escolar compreende o conjunto de sujeitos que interagem na vida da unidade educativa e participam de sua dinâmica pedagógica, administrativa e social, constituindo-se dos seguintes segmentos:

- I – estudantes;
- II – mães, pais e responsáveis;
- III – profissionais do magistério;
- IV – profissionais da educação;
- V – Conselho Escolar;
- VI – Fórum Municipal de Educação;

§1º – Os estudantes constituem o núcleo central da comunidade escolar, sendo a razão de existência do processo educativo e participando ativamente da vivência institucional, contribuindo com percepções, experiências e demandas que orientam decisões pedagógicas, de convivência e de aprimoramento contínuo da aprendizagem.

§2º – As mães, pais e responsáveis integram a comunidade escolar como agentes de corresponsabilidade e acompanhamento da trajetória educacional dos estudantes, colaborando para o fortalecimento do vínculo entre família e escola, participando de processos deliberativos, consultivos e de apoio às ações pedagógicas e institucionais.

§3º – Os profissionais do magistério, compreendendo professores e especialistas em educação, exercem papel estruturante na formulação, execução e avaliação das práticas pedagógicas, contribuindo para a implementação do currículo, o desenvolvimento das aprendizagens, o acompanhamento dos indicadores educacionais e a promoção da gestão democrática no âmbito escolar.

§4º – Os profissionais da educação, incluindo servidores administrativos, auxiliares operacionais e demais colaboradores, asseguram suporte técnico, organizacional e institucional às ações da unidade escolar, garantindo condições adequadas de funcionamento, atendimento e apoio às atividades pedagógicas, administrativas e de gestão.

§5º – O Conselho Escolar, como instância colegiada de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizatória, exerce papel central na gestão democrática da escola, atuando no acompanhamento do funcionamento institucional, na definição de prioridades pedagógicas e administrativas, na fiscalização do uso de recursos e no fortalecimento da participação da comunidade escolar.

§6º – O Fórum Municipal de Educação integra a comunidade escolar como espaço permanente de articulação, debate e controle social das políticas educacionais, contribuindo para o acompanhamento do Plano Municipal de Educação, a promoção da participação cidadã e o fortalecimento da governança democrática no Sistema Municipal de Ensino.

TÍTULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA ESCOLAR – SMGE

Art. 4º – Instituição do SMGE

Fica instituído o Sistema Municipal de Governança Escolar – SMGE, responsável pela coordenação estratégica, integridade, monitoramento e avaliação das políticas educacionais, assegurando coerência entre SEMED, unidades escolares e colegiados.

Art. 5º – Composição do SMGE

O Sistema Municipal de Governança Escolar – SMGE é composto pelas seguintes instâncias e órgãos, representados por membros indicados formalmente pelos seus respectivos segmentos:

- I – Secretaria Municipal de Educação, com 02 (dois) representantes;
- II – Unidades Escolares da Rede Municipal, com 02 (dois) representantes escolhidos entre gestores ou coordenadores;
- III – Conselho Escolar, com 02 (dois) representantes eleitos no colegiado;
- IV – Conselho Municipal de Educação – CME, com 01 (um) representante;
- V – Conselho de Alimentação Escolar – CAE, com 01 (um) representante;
- VI – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB, com 01 (um) representante;
- VII – Fórum Municipal de Educação, com 01 (um) representante;
- VIII – Unidade de Controle Interno, com 01 (um) representante;
- IX – Setor de Governança, Integridade e Prestação de Contas Educacionais, com 01 (um) representante;
- X – Setor de Avaliação e Indicadores Educacionais, com 01 (um) representante;
- XI – Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo – COEPS, com 01 (um) representante indicado pela própria Comissão..

§1º. Cada instância e colegiado integrante do SMGE deverá indicar formalmente seus representantes titulares e suplentes, observando critérios de idoneidade, experiência educacional e capacidade técnica compatível com as funções de governança e monitoramento.

§2º. A Secretaria Municipal de Educação publicará Portaria específica constituindo o SMGE somente após receber as indicações formais de todos os segmentos listados no caput, assegurando a legitimidade da composição, a representatividade dos órgãos e a conformidade do processo com os princípios da gestão democrática.

§3º. Os membros do SMGE atuarão de forma colegiada, integrada e colaborativa, assegurando articulação sistêmica entre as políticas educacionais, o monitoramento de metas, a integridade institucional, a participação social e o cumprimento das responsabilidades de governança escolar previstas nesta Lei Delegada.

Art. 6º – Funções estratégicas do SMGE

Compete ao SMGE:

- I – coordenar a estratégia educacional e assegurar alinhamento entre SEMED e escolas;
- II – estabelecer metas e pactuações anuais com transparência e monitoramento contínuo;
- III – analisar indicadores de aprendizagem, fluxo escolar, frequência e equidade;
- IV – garantir integridade, prevenção de riscos e combate a

conflitos de interesse;

V – supervisionar a execução dos Planos de Gestão Escolar;

VI – emitir recomendações técnicas e planos de intervenção;

VII – integrar dados educacionais em sistemas digitais de acompanhamento;

VIII – fiscalizar a atuação dos gestores escolares e emitir relatórios anuais;

IX – propor melhorias no PSS, com base na avaliação do ciclo vigente.

Art. 7º – Princípios da governança escolar

A governança escolar observará:

- I – ética e integridade;
- II – participação social qualificada;
- III – transparência ativa e passiva;
- IV – eficiência e responsabilidade gerencial;
- V – decisões baseadas em evidências;
- VI – equidade e foco no estudante;
- VII – gestão de riscos institucionais e educacionais.

TÍTULO IV DO PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR E VICE-DIRETOR

Art. 8º – Requisitos de formação

Para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, poderão candidatar-se, nos termos dos arts. 61, 62 e 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os profissionais que possuam formação superior compatível com as atribuições de gestão educacional, devidamente comprovada por diploma, certificado ou outro documento hábil, observadas as habilitações específicas e áreas correlatas descritas nos incisos e alíneas deste artigo:

- I** – formados em Pedagogia;
- II** – licenciados em áreas da educação com formação específica em gestão escolar, coordenação pedagógica, supervisão escolar ou administração da educação;
- III** – portadores de pós-graduação em áreas correlatas, tais como:

- a) Gestão Escolar;
- b) Coordenação Pedagógica;
- c) Administração Educacional;
- d) Políticas Públicas Educacionais;
- e) Supervisão Escolar;
- f) Gestão Pública;
- g) Gestão de Pessoas na Educação;
- h) Avaliação Educacional;
- i) Psicopedagogia Institucional;
- j) Currículo;
- k) Educação Inclusiva.

Art. 9º – Requisitos gerais

Para fins de habilitação ao Processo Seletivo Público destinado ao provimento das funções de Diretor e Vice-Diretor, o candidato deverá atender aos requisitos profissionais, funcionais

e éticos estabelecidos nesta Lei Delegada, demonstrando condições técnicas, experiência comprovada e disponibilidade funcional compatíveis com o exercício da gestão escolar, conforme os incisos a seguir:

- I – ser servidor efetivo do magistério da Rede Municipal;
- II – possuir no mínimo 3 anos de experiência no magistério;
- III – comprovar idoneidade moral e ausência de penalidades;
- IV – atender aos requisitos de formação do art. 8º;
- V – possuir disponibilidade para dedicação exclusiva.

TÍTULO V DA DURAÇÃO E RECONDUÇÃO

Art. 10 – Duração e recondução condicionada

A designação para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Municipal terá duração de 3 (três) anos, sendo permitida a recondução para novos períodos, sucessivos ou não, desde que o servidor atenda integralmente aos critérios de desempenho, integridade, elegibilidade e habilitação estabelecidos nesta Lei Delegada, conforme os incisos a seguir:

- I – tenha obtido desempenho satisfatório nas avaliações anuais conduzidas pelo SMGE;
- II – seja aprovado em novo Processo Seletivo Público, competindo em igualdade com os demais candidatos;
- III – não esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;
- IV – não possua impedimento ético, legal ou administrativo.

TÍTULO VI DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – PSS

Art. 11 – Estrutura do PSS

O Processo Seletivo Público de Mérito e Desempenho será composto por quatro etapas eliminatórias e classificatórias, fundamentadas em critérios objetivos, instrumentos padronizados e diretrizes de integridade previstas no SMGE.

ETAPA I – PROVA DE CONHECIMENTOS

Art. 12 – Conteúdo e finalidade

A Prova de Conhecimentos avaliará o domínio teórico e prático do candidato sobre legislação educacional, gestão escolar, políticas públicas, currículo, avaliação, financiamento da educação, indicadores de aprendizagem e legislação municipal aplicável, podendo ser objetiva, discursiva ou mista, devendo aferir competências analíticas, interpretativas e de tomada de decisão em cenários educacionais.

ETAPA II – ANÁLISE DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA

Art. 13 – Critérios de pontuação

A etapa de Análise de Títulos e Experiência Profissional tem caráter classificatório e objetiva valorar a trajetória acadêmica, formativa e profissional do candidato, tomando por base critérios objetivos e comprovação documental idônea, de modo a reconhecer a qualificação técnica, a experiência em gestão educacional e a participação em instâncias de governança e controle social, conforme os itens estabelecidos nos incisos a seguir:

- I – doutorado, mestrado e especialização;

II – cursos de formação continuada;

III – tempo de magistério e experiência em gestão;

IV – participação em colegiados como CME, CAE e CACS-FUNDEB, atribuída como experiência comprovada de governança e controle social;

V – certificações em gestão pública e escolar.

Parágrafo Único: A distribuição da pontuação, os pesos, os critérios detalhados de avaliação e os documentos exigidos para comprovação dos títulos e das experiências serão definidos em edital, observados os princípios da objetividade, da transparência e da isonomia.

ETAPA III – PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 14 – Avaliação do Plano

A etapa relativa ao Plano de Gestão Escolar tem caráter eliminatório e classificatório e tem por finalidade avaliar a capacidade técnico-pedagógica do candidato para planejar, organizar e conduzir a gestão da unidade escolar, considerando a consistência do diagnóstico situacional apresentado, a clareza e pertinência das metas estabelecidas, a coerência das estratégias propostas, a viabilidade administrativa e financeira das ações, a adequação das práticas de equidade e inclusão, a observância de princípios de governança escolar e o alinhamento do plano ao Projeto Político-Pedagógico – PPP e às diretrizes da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único: A distribuição da pontuação, os pesos atribuídos a cada dimensão avaliativa e os critérios objetivos de análise do Plano de Gestão Escolar serão estabelecidos no edital do Processo Seletivo Público, observados os princípios da transparência, da isonomia e da objetividade.

ETAPA IV – ENTREVISTA TÉCNICA E AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL

Art. 15 – Objetivos da entrevista

A etapa de Entrevista Técnica e Avaliação Comportamental tem por finalidade aferir o perfil profissional, gerencial e socioemocional dos candidatos que forem aprovados na somatória das etapas anteriores, examinando competências relacionadas à liderança pedagógica, capacidade de tomada de decisão, comunicação institucional, gestão de conflitos, visão estratégica, habilidade de articulação com a comunidade escolar, postura ética, resolução de problemas complexos e demais atributos indispensáveis ao exercício qualificado da gestão escolar.

Parágrafo Único: Os critérios de avaliação da entrevista, a matriz de competências a serem observadas, os pesos atribuídos a cada dimensão do perfil profissional e gerencial, bem como os parâmetros objetivos de análise de liderança, postura ética, visão estratégica, habilidades socioemocionais e capacidade de gestão pedagógica e administrativa, serão definidos no edital do Processo Seletivo Público, de modo a assegurar rigor técnico, transparência, padronização e aderência ao perfil de gestor escolar previsto nesta Lei Delegada.

TÍTULO VII DA COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO – COEPS

Art. 16 – Instituição da COEPS

Fica criada, no âmbito da SEMED, a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo – COEPS, responsável pela organização, fiscalização, avaliação, integridade e execução do PSS.

Art. 17 – Composição

A Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo – COEPS será constituída como órgão colegiado de caráter técnico e multidisciplinar, formada por representantes indicados pelos órgãos e segmentos previstos neste artigo, observada a seguinte composição mínima:

I – 03 (dois) profissionais da Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente com experiência comprovada em gestão escolar ou políticas educacionais;

II – 01 (um) profissional da Secretaria Municipal de Administração, com conhecimento em processos administrativos e de pessoal;

III – 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores da Educação, indicado na forma estatutária da entidade;

IV – 01 (um) membro do Conselho Municipal de Educação – CME, designado exclusivamente para fins de observância e acompanhamento do processo;

V – 01 (um) representante dos Conselhos Escolares, escolhido entre seus pares mediante indicação formal.

Art. 18 – Competências da COEPS

Compete à Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo – COEPS coordenar, supervisionar e assegurar a integridade, regularidade e conformidade das etapas do Processo Seletivo Público, atuando como instância de governança e controle procedimental, sem prejuízo das atribuições técnicas executadas pela empresa contratada, observadas as seguintes competências:

I – acompanhar, fiscalizar e validar a elaboração das provas, dos instrumentos avaliativos e dos materiais técnicos desenvolvidos pela empresa contratada, garantindo aderência ao edital, à legislação aplicável e aos princípios da gestão democrática;

II – organizar, supervisionar e fiscalizar a execução de todas as etapas do certame, assegurando que os processos conduzidos pela empresa contratada observem padrões de objetividade, isonomia, rastreabilidade e conformidade;

III – proceder à análise documental e à verificação dos títulos apresentados pelos candidatos, certificando a autenticidade e conformidade das informações declaradas;

IV – acompanhar a avaliação dos Planos de Gestão Escolar, realizada exclusivamente pela empresa contratada, assegurando transparência, padronização de critérios, integridade metodológica e registro formal dos procedimentos adotados;

V – acompanhar a condução das entrevistas técnicas e avaliações comportamentais, executadas pela empresa contratada, zelando pela aplicação rigorosa da matriz de competências, pelo cumprimento dos critérios definidos no edital e pela ausência de interferências externas;

VI – supervisionar as ações de formação inicial dos candidatos e construção do perfil de competências, realizadas pela empresa

contratada, certificando que os conteúdos, metodologias e instrumentos estejam alinhados às políticas municipais de educação e às diretrizes do SMGE;

VII – julgar os recursos administrativos interpostos pelos candidatos, fundamentando suas decisões em critérios objetivos, nas informações técnicas fornecidas pela empresa contratada e na legislação aplicável;

VIII – emitir relatório final circunstanciado, consolidando o acompanhamento das etapas, o desempenho da empresa contratada, os resultados do certame e eventuais recomendações para ciclos futuros;

IX – assegurar a integridade, rastreabilidade, transparência e governança de todo o processo, prevenindo conflitos de interesse, inconformidades e riscos operacionais, garantindo plena aderência aos princípios da administração pública.

Art. 19 – Integridade e prevenção de riscos

A COEPS deve observar mecanismos de integridade, vedação a conflitos de interesse, sigilo das informações e registro documental de todos os atos.

TÍTULO VIII DA CLASSIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E PUBLICIDADE

Art. 20 – Classificação final

A classificação final dos candidatos será estabelecida a partir da soma ponderada das notas obtidas nas três etapas do Processo Seletivo Público, aplicando-se os pesos definidos no respectivo edital, observados os critérios de objetividade, isonomia, transparência e aderência ao perfil de competências previsto nesta Lei Delegada.

Art. 21 – Publicidade

Os resultados preliminares e finais serão publicados no Diário Oficial, no portal da Prefeitura e da SEMED.

TÍTULO IX DA AVALIAÇÃO ANUAL E PERDA DA FUNÇÃO

Art. 22 – Avaliação anual

Os gestores serão avaliados anualmente com base em indicadores de aprendizagem, cumprimento do Plano de Gestão, gestão administrativa, gestão de pessoas e convivência escolar.

Art. 23 – Perda da função

A perda da função poderá ocorrer por desempenho insuficiente, descumprimento de metas, infração disciplinar, violação de princípios da administração pública ou recomendação fundamentada do SMGE.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. Normas complementares

A Secretaria Municipal de Educação editará as normas complementares, instruções operacionais e atos administrativos necessários ao pleno cumprimento, regulamentação e execução desta Lei Delegada, assegurando sua aplicação uniforme em toda a Rede Municipal de Ensino.

Art. 25. Publicação do edital

O edital do Processo Seletivo Público somente poderá ser publicado após a entrada em vigor desta Lei Delegada e deverá observar integralmente seus dispositivos, diretrizes, etapas, critérios de avaliação e princípios de governança estabelecidos.

SEÇÃO I – DA DESIGNAÇÃO EXCEPCIONAL

Art. 26 Designação excepcional

Na hipótese de inexistência de candidatos inscritos, de número insuficiente de candidatos aprovados ou de ausência de profissionais aptos para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor, a Secretaria Municipal de Educação poderá, em caráter excepcional e temporário, designar servidor efetivo ou contratado, desde que este atenda integralmente aos requisitos previstos nos artigos. 8º e 9º desta Lei Delegada.

§1º A designação excepcional terá vigência somente até a realização de novo Processo Seletivo Público, não podendo ultrapassar o ciclo de gestão em curso.

§2º A designação excepcional não gera direito adquirido, expectativa de permanência ou qualquer forma de estabilidade na função.

§3º O ato de designação deverá ser formalmente motivado, demonstrando a necessidade administrativa e a continuidade do serviço público, sendo obrigatória sua publicação.

SEÇÃO II – DA LOTAÇÃO E DAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

Art. 27 – Inscrição para função e lotação

A inscrição no Processo Seletivo Público para Diretor e Vice-Diretor será realizada para o exercício da função no âmbito da Rede Municipal de Educação, não vinculada previamente a unidade escolar específica.

§1º A lotação dos candidatos aprovados será definida pela Secretaria Municipal de Educação exclusivamente no ato da designação, considerando critérios técnicos, disponibilidade de vagas, necessidade da rede e continuidade da política educacional.

§2º A lotação atribuída no ato de designação permanecerá válida durante todo o ciclo de gestão

Art. 28 – Situações excepcioníssimas de alteração de lotação

A alteração da lotação do Diretor ou Vice-Diretor durante o ciclo de gestão somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I – extinção da unidade escolar;

II – fusão, desmembramento ou reorganização administrativa da unidade escolar;

III – impedimento legal, funcional ou decisão judicial que inviabilize a permanência do gestor;

IV – vacância da função por motivo alheio à vontade do servidor;

V – motivo de saúde devidamente comprovado por junta médica oficial.

§1º Toda alteração de lotação deverá ser formalmente motivada e publicada, vedada a movimentação por conveniência administrativa sem justificativa excepcional.

§2º A alteração de lotação não poderá constituir punição velada, devendo ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade e integridade administrativa.

SEÇÃO III – VIGÊNCIA

Art. 29 – Vigência

Esta Lei Delegada entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO JOSÉ LEITE TEIXEIRA
Prefeito do Município de Roteiro

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato Dispensa Nº 08.28.002/2025 – Processo Administrativo nº 08.28.002/2025 – DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO – Fundamentação Legal: Art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/21 – Contratado: CAVALCANTI & COSTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.391.511/0001-69- Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de drenagem e pavimentação em diversas ruas do Município de Roteiro/AL – Valor global: R\$ 36.365.511,78 (trinta e seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e onze reais e setenta e oito centavos). – Vigência: 12 (doze) meses.

CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

RESULTADO ATA SESSÃO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO **CREDENCIAMENTO Nº 02/2025**

A Comissão Permanente de Credenciamento do Município de Roteiro, Estado de Alagoas, torna público o resultado do JULGAMENTO DA FASE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do Credenciamento nº 02/2025, como segue:

1 - HABILITAÇÃO da empresa R & B LABORATÓRIO PROTÉTICO LTDA - CNPJ: 17.391.173/0001-80, pela regularidade no atendimento das exigências.

Outrossim, a CPC informa que a partir da data desta publicação, abre-se o prazo para interposição de recursos administrativos. Não havendo interposição de recurso, remetem-se os autos para o chefe do Poder Executivo para fins de Homologação.

ISTEFANIA DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento